



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

29 de abril 2015



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Notícias

Data: 29/04/2015

Assunto: Negociações

Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

Sinte entrega nova lista de exigências ao governo

ENTRE OS PEDIDOS da categoria para encerrar paralisação estão o reajuste de 13% para a carreira do magistério e a anistia das faltas injustificadas

UPIARA BOSCHI

upiara.boschi@diario.com.br

Manifestação em frente ao Centro Administrativo, ocupação do saguão da Assembleia Legislativa e uma lista de exigências que inclui o reajuste de 13% para toda a carreira do magistério e anistia a faltas injustificadas desde 2012. Foi assim que o sindicato dos professores (Sinte/SC) reagiu ao pedido do governo estadual para que a categoria oficializasse em um documento as condições para encerrar a greve dos professores estaduais que já dura 37 dias.

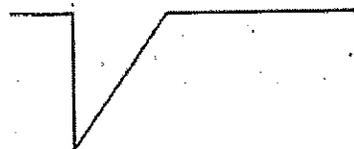
Basicamente, o Sinte/SC pede a formação de uma mesa de negociações com prazo máximo de 30 dias para discussão do novo plano de carreira sem perda de direitos aos profissionais. Nesse meio tempo, o governo não poderia apresentar nenhum projeto sobre o tema na Assembleia Legislativa. Além disso, quer a revogação



Estamos negociando e não vamos nos rebaixar. O governo pediu um documento. Eles que apresentem uma proposta para nós agora.

LUIZ CARLOS VIEIRA

Coordenador do Sinte



do decreto de 2010 que impede a progressão na carreira de profissionais com três faltas injustificadas em sequência ou cinco alternadas – além da anistia de todas as faltas de 2012 em diante.

O quarto ponto é a aplicação do aumento de 13,01% dado ao piso nacional da categoria para toda a carreira, retroativo a janeiro. Coordenador do Sinte/SC, Luiz Carlos Vieira admite que as condições propostas são uma forma

de trazer o governo para negociar.

– Nós estamos negociando e não vamos nos rebaixar. O governo pediu um documento e nós apresentamos. Eles que apresentem uma proposta para nós agora – afirma Vieira.

Sobre a anistia às faltas, ele afirma que o governo acena com a medida desde o final da greve de 2012, mas que protela a decisão para manter a proposta como “carta na manga” para a negociação do plano de carreira da categoria.

O documento foi levado ao Centro Administrativo na manhã de ontem, em ato com a participação de cerca de 400 professores. À tarde, os manifestantes foram para a Assembleia, onde definiram que permaneceriam acampados até quinta-feira. O secretário de Educação, Eduardo Deschamps, se manifestou sobre as exigências do Sinte através de nota oficial, afirmando apenas que o documento será analisado e respondido com as condições do governo para retomada das negociações.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 29/04/2015

Assunto: Negociação

Página: 07

Notícias do Dia

PROFESSORES RETOMAM PRESSÃO

Greve. Atos na Assembleia e no Centro Administrativo pediram a reabertura das negociações

KELI MAGRI

keli.magri@noticiasdodia.com.br

@ND_Online

Acampados com colchões infláveis e travesseiros, cerca de 60 professores da rede estadual vão passar duas noites no hall da Alesc (Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina). Organizados pelo Sinte (Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado), a classe quer pressionar os deputados para uma intervenção junto ao governo, com o intuito de reabrir a negociação com o Estado. A categoria está há mais de um mês em greve, desde o dia 24 de março.

Os professores querem garantir três medidas no projeto do novo plano de carreira elaborado pelo governo: o pagamento do piso nacional, com reajuste de 13,1% para a carreira, a não incorporação da

regência de classe no salário e a descompactação da tabela. "Disso não abrimos mão e não tem acordo", disse o presidente do Sinte, Luiz Carlos Vieira. O problema é que dos três pontos, o governo apenas sugere o último, já que propõe o pagamento do piso para profissionais de início de carreira e a incorporação da regência de classe nos salários como garantias à descompactação. Diante do impasse, a greve continua.

Ontem, mais de 500 professores estiveram no Centro Administrativo do Estado, na Secretaria de Educação e na Assembleia. Chegaram a lotar o plenário do Legislativo e muitos foram impedidos de entrar no espaço do plenário devido à falta de cadeiras. No final da tarde, o presidente do Sinte informou a permanência dos professores até quinta-feira.

Governo assegura canais de diálogo

O líder do governo na Assembleia, deputado Sílvio Dreveck, disse que o Sinte está radicalizando e "perdendo tempo" para garantir o reajuste no novo plano. "Quanto mais tempo sem acordo, mais demorado será o envio do projeto à Alesc. É pior para eles, porque quando o projeto for aprovado, eles já recebem o aumento", alegou.

A Secretaria de Estado da Educação disse, em nota, que espera o documento do Sinte com as condições para que sindicato e governo possam "dar encaminhamento aos trabalhos". O Sinte informou ter entregado ontem o ofício. A secretaria alegou ainda ter feito audiência, na segunda-feira, com representantes do Sinte e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), e reunião, ontem, para discutir as condições para normalização das atividades escolares com a suspensão da paralisação, "a fim de serem retomadas as negociações sobre a nova carreira do magistério".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 29/04/2015
Assunto: Negociações		Página: 02

Notícias do Dia

Incomodado

O governador Raimundo Colombo entende que falta vontade para o Sínte retomar o diálogo com a Secretaria da Educação, mas aguarda com otimismo as avaliações dos técnicos da pasta e da comissão de negociação salarial. Enquanto discursava sobre o valor de Santa Catarina e voltou a chamar de podre o sistema político brasileiro, depois de deixar o Centro Administrativo, que assistia um ato dos professores, representantes do magistério já estavam na Assembleia, onde, mais tarde, interpelaram deputados em pleno hall da casa, inclusive o ex-governador Leonel Pavan (PSDB).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 29/04/2015
Assunto: PNE		Página: Online

DIÁRIO DA REPÚBLICA DO BRASIL - Nº 10.100 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Após mal-estar, ministros marcam reunião sobre reformas na educação

Os ministros Renato Janine Ribeiro (Educação) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) marcaram reunião para a semana que vem, para discutirem um plano nacional para melhoria do ensino básico.

O processo causou mal-estar, pois a proposta preliminar, feita por Unger, foi divulgada sem que Ribeiro tivesse sido consultado. O titular da Educação se sentiu desconfortável com a situação, segundo a Folha apurou.

O encontro era para ter ocorrido já nesta terça (28), mas foi desmarcado por Ribeiro. Ele preferiu se reunir com auxiliares para discutir a implementação do Plano Nacional de Educação.

Esse é justamente um tópico que educadores criticaram no plano de Unger. Segundo eles, a proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos tem pouca conexão com o Plano Nacional de Educação, aprovado ano passado no Congresso, que estabelece metas até 2020.

Nesta terça, Unger divulgou texto dizendo que quem conduzirá o programa é a presidente Dilma Rousseff.

"A Secretaria de Assuntos Estratégicos apenas assessora a presidenta. O Ministério da Educação participou e participa de todas as etapas de formulação do projeto e terá, em colaboração com os Estados e os municípios, a responsabilidade de executá-lo", afirmou o ministro.

Sobre a crítica em relação ao Plano Nacional de Educação, o ministro afirma que "a proposta preliminar começa a dar conteúdo a essas diretrizes [do plano]. Demarca trajetória para transformá-las em realidade."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 29/04/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



SANTA CATARINA



Depois de pernoite, professores permanecem na Alesc nesta quarta

*Cerca de 60 pessoas dormiram entre hall e auditório do prédio.
Professores estaduais estão em greve há mais de um mês.*

Após passar a madrugada e dormir na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), professores estaduais grevistas permanecem no local na manhã desta quarta-feira (29). Conforme a Guarda da Assembleia, ao menos 60 pessoas dormiam entre o saguão e o auditório às 6h.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC), Luis Carlos Vieira, não estão previstas mesas de negociação com o governo ou votação na Alesc nesta quarta. A greve dura mais de um mês.

A ocupação na Alesc iniciou na noite de terça-feira (28). De acordo com o Sinte, 78 pessoas foram até o local para pernoitar.

De acordo com a secretária da região Macro-Oeste do Sinte-SC, Alvetete Bedin, a desocupação dos professores depende de uma apresentação de proposta por parte do governo. Estão no local representantes de todas as regiões do estado.

No início do mês, os professores realizaram o mesmo tipo de ato de protesto. Eles dormiram no saguão da assembleia nas noites dos dias 7 e 8 de abril e saíram no dia 9.

Manifestação na terça

Cerca de 300 professores em greve ocuparam, na tarde desta terça, galerias da Alesc, no Centro de Florianópolis. Durante a sessão ordinária, manifestantes pediam que o governador do estado, Raimundo Colombo, negocie com a categoria.

No início da tarde, cerca de 1,5 mil professores em greve, segundo o Sinte-SC, reuniram-se em frente ao prédio da Secretaria Estadual de Educação, no Centro de Florianópolis.

Pela manhã, um ato reuniu quase mil pessoas, de acordo com o Sinte-SC, em frente à sede administrativa do governo do estado, na SC-401. O comando de greve protocolou um documento aos cuidados do governador com os pontos necessários para iniciar as negociações.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A solicitação do documento protocolado foi feita durante uma audiência na segunda (27) entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Coordenadoria de Negociação e Relações Funcionais do Governo do Estado (Coner). O documento traz quatro pontos: a instituição de uma mesa de negociação que não ultrapasse 30 dias, período em que nenhum projeto de lei deverá ser levado à Assembleia legislativa; a anistia de todas as faltas de 2012 a 2015; a revogação do decreto 3593/2010; e o pagamento do reajuste de 13,01% na carreira, retroativo a janeiro de 2015.

A próxima assembleia estadual está marcada para 6 de maio, em local ainda não definido.

Sem negociação

O governo do estado afirma que não haverá negociação enquanto a categoria estiver em greve. Na quinta (23), uma reunião entre a Secretaria e as 36 Gerências Regionais de Educação abordou o projeto de plano de carreira dos professores, que está acabando de ser redigido.

Para a próxima segunda (27), está prevista uma reunião entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da qual o Sinte-SC é filiado, e a Coordenadoria de Negociação e Relações Funcionais do Governo do Estado (Coner), que dialoga com as categorias em greve.

Reivindicações

A principal reivindicação da categoria é o plano de carreira do magistério estadual e a revogação da Medida Provisória (MP) 198/2015, que altera os salários dos professores temporários. Por causa disso, eles fazem protestos desde o dia 24 de março e chegaram a ocupar a Assembleia Legislativa por dois dias, pedindo a revogação da MP.

O Governo de Santa Catarina acatou o pedido da categoria e os professores deixaram a Alesc. Depois disso, a proposta do novo plano de carreira do magistério foi entregue ao sindicato, que avaliou o documento e, depois de assembleia da categoria dia 14 de abril, decidiu manter a greve.

Segundo o Sinte, além da revogação da MP 198/2015, outros três pontos integram a lista de reivindicações da categoria, entre eles, a incorporação da gratificação de regência de classe.

Para a categoria, esta mudança traria perdas financeiras aos docentes. Além disso, a gratificação por triênio que, hoje, é somada sobre o salário e a gratificação, seria aplicado somente sobre o valor final.

Outro ponto que a categoria pede é a retirada do nível de formação do ensino médio da tabela salarial. Para o Sinte/SC, esta situação faria com que o estado deixasse de ser obrigado a cumprir o piso nacional para a categoria, que é atualizado com base no ensino médio.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 29/04/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



SANTA CATARINA



Professores de SC em greve pernoitam novamente na Alesc

*Segundo o Sinte-SC, 78 pessoas ocupam o saguão da Assembleia.
Na tarde desta terça, manifestantes pediram negociação com governo.*

Professores estaduais em greve ocuparam novamente o saguão da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), em Florianópolis, na noite desta terça-feira (28). De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC), 78 pessoas devem dormir no local. A greve dura mais de um mês.

Segundo a secretária da região Macro-Oeste do Sinte-SC, Alvet Bedin, a desocupação dos professores depende de uma apresentação de proposta por parte do governo. Estão no local representantes de todas as regiões do estado.

Esta é a segunda vez que os professores ocupam e pernoitam na Alesc. No início do mês, eles dormiram no saguão da assembleia nas noites dos dias 7 e 8 de abril e saíram no dia 9.

Manifestação nesta terça

Cerca de 300 professores em greve ocuparam, na tarde desta terça, galerias da Alesc, no Centro de Florianópolis. Durante a sessão ordinária, manifestantes pediam que o governador do estado, Raimundo Colombo, negocie com a categoria.

No início da tarde, cerca de 1,5 mil professores em greve, segundo o Sinte-SC, reuniram-se em frente ao prédio da Secretaria Estadual de Educação, no Centro de Florianópolis.

Pela manhã, um ato reuniu quase mil pessoas, de acordo com o Sinte-SC, em frente à sede administrativa do governo do estado, na SC-401. O comando de greve protocolou um documento aos cuidados do governador com os pontos necessários para iniciar as negociações.

A solicitação do documento protocolado foi feita durante uma audiência na segunda (27) entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Coordenadoria de Negociação e Relações Funcionais do Governo do Estado (Coner).

O documento traz quatro pontos: a instituição de uma mesa de negociação que não ultrapasse 30 dias, período em que nenhum projeto de lei deverá ser levado à



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Assembleia legislativa; a anistia de todas as faltas de 2012 a 2015; a revogação do decreto 3593/2010; e o pagamento do reajuste de 13,01% na carreira, retroativo a janeiro de 2015.

A próxima assembleia estadual está marcada para 6 de maio, em local ainda não definido.

Sem negociação

O governo do estado afirma que não haverá negociação enquanto a categoria estiver em greve. Na quinta (23), uma reunião entre a Secretaria e as 36 Gerências Regionais de Educação abordou o projeto de plano de carreira dos professores, que está acabando de ser redigido.

Para a próxima segunda (27), está prevista uma reunião entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da qual o Sinte-SC é filiado, e a Coordenadoria de Negociação e Relações Funcionais do Governo do Estado (Coner), que dialoga com as categorias em greve.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 29/04/2015
Assunto: Desafios	Página: Online	



DIA DA EDUCAÇÃO: VEJA QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO BRASIL NA ÁREA

Dos altos índices de evasão e repetência à superlotação de salas de aula, veja no que o país precisa avançar

Fonte: IG

Apesar de o País ter aumentado o investimento em Educação e de a presidente Dilma Rousseff ter anunciado o slogan "Brasil, Pátria Educadora" como mote de seu segundo mandato, ainda são muitos os desafios que temos de enfrentar nessa área.

Os resultados das avaliações nacionais mostram que as crianças saem da escola sabendo muito menos do que deveriam; nos exames internacionais, o desempenho dos alunos brasileiros é bem aquém do apresentado pelos estudantes de países desenvolvidos.

Veja abaixo quais são os principais problemas da educação no Brasil, da creche ao ensino superior.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 29/04/2015
Assunto: MEC		Página: Online



ESPECIALISTAS CRITICAM AUSÊNCIA DO MEC EM PLANO DA PRESIDÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO

Documento produzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência desenha um diagnóstico da Educação no país e uma série de ações articuladas sobre quatro eixos

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Especialistas em educação e representantes de entidades da sociedade civil discutiram na manhã desta segunda-feira, dia 27, o documento produzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência sobre a reforma da educação básica – o teor do documento foi revelado pelo Estadão.com na última sexta-feira, 24. Houve elogio à iniciativa, mas a crítica mais comum entre os participantes foi a ausência do Ministério da Educação (MEC) na construção das propostas.

Conforme adiantado pelo Estadão, o documento “Pátria educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional” desenha um diagnóstico da educação no País e uma série de ações articuladas sobre quatro eixos: a organização da cooperação federativa na educação; a reorientação do currículo e da maneira de ensinar e de aprender; a qualificação de diretores e de professores e o aproveitamento de novas tecnologias. A construção do documento foi comandada pelo professor Roberto Mangabeira Unger, ministro da SAE.

O MEC informou em nota na semana passada que dirigentes da pasta participaram de reuniões para tratar do escopo da “Pátria Educadora”, slogan do governo Dilma Rousseff. O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, ainda não tinha tido a oportunidade de se debruçar sobre o documento. Ele esteve na sexta em São Paulo e preferiu não comentar o teor da proposta.

No encontro dessa segunda, no escritório da Presidência em São Paulo, nenhum representante do MEC estava presente. Mais de 40 pessoas participaram. A ex-secretária de Educação Básica do MEC Pilar Lacerda elogiou a iniciativa de abrir o debate sobre a proposta, mas questionou a falta de diálogo do documento com tudo que já tem sido feito na área. “Qual é o papel do MEC?”, questionou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ela não foi a única a levantar esse tipo de questionamento. “Onde se situa esse proposta da política nacional de educação que já existe?”, perguntou a coordenadora do Movimento Todos Pela Educação, Alejandra Velasco. A ex-secretária de Educação do Estado de São Paulo, Maria Helena Guimarães Castro, também pontuou que, sem o MEC, nada anda. “Precisa ver como será a relação com o MEC. Tem que ter o MEC.”

Anna Penido, do instituto Inspirare e portal Porvir, também chamou a atenção para o fato de que o programa não esteja sendo gestado no MEC. “Eu esperava que, por sair da SAE, a proposta poderia ser interministerial, envolvendo outras ações que o MEC não seja o responsável. Tinha essa expectativa, mas isso não aparece”, disse. O economista Claudio de Moura Castro afirmou que a proposta tem uma assimetria entre o “plano” e o “fazer”. “Quando chegar no MEC, vai provocar um choque anafilático”, completou.

Plano. Entre as iniciativas propostas para qualificar a educação básica, estão previstos a criação de uma carreira federal docente, uma bolsa para formação docente nos moldes do ProUni e a consolidação da currículo nacional. O apoio a escolas e redes com problemas também está previsto, assim como a intensificação da colaboração entre Estados, municípios e União. A reformulação da formação inicial dos professores foi apontada mais de uma vez como uma lacuna da proposta.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, afirmou que não viu uma relação forte da proposta com o Plano Nacional de Educação (PNE). “O PNE tem legitimidade, foi aprovado por unanimidade no Congresso e sancionado sem vetos pela presidente”, disse ele, ressaltando que o PNE já prevê um novo pacto federativo e o avanço para a criação de um sistema educacional – outro ponto citado no documento.

Mangabeira Unger ressaltou que pretende fazer o debate sobre as propostas sem temer os “tensionamentos” e que esse é o primeiro encontro de muitos que virão. Segundo ele, a ação da SAE na construção da proposta veio de pedido da presidente Dilma. “Ela está totalmente engajada”, diz ele. Questionado ao fim do encontro sobre a falta de protagonismo do MEC nessa construção, Mangabeira Unger afirmou que está seguindo uma demanda da presidência e que o diálogo acontecerá.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 29/04/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



Professores ocupam a Alesc como forma de pressionar o governo

Os professores pretendem ocupar as dependências de Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) na noite desta terça-feira (28). A ocupação, segundo a assessoria do Sindicato dos Trabalhadores na Educação (Sinte/SC), é uma forma de pressionar o governo estadual, e também o Legislativo, para que sejam abertas as negociações com a categoria. Não há definição de até quando os grevistas permanecerão acampados na Alesc.

Durante a tarde, um ofício contendo reivindicações do movimento grevista foi protocolado no gabinete do presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio. O documento já havia sido entregue ao Secretário Estadual de Educação, Eduardo Deschamps, no final da manhã desta terça-feira (28), após o protesto que ocorreu em frente ao Centro Administrativo do Governo do Estado, com a participação de grevistas das 30 regionais do Sindicato.

A Secretaria de Educação afirma que o documento contendo os pleitos do Sindicato será analisado, porém, ressalta que não há prazo para uma resposta. Enquanto isso, o Sinte/SC afirma que aguarda a abertura das negociações por parte do Executivo.

Lista de reivindicações

O ofício entregue ao Secretário de Educação, ao presidente da Alesc, e também ao governador Raimundo Colombo, foi assinado pelos membros do comando de greve. O documento havia sido solicitado durante audiência realizada na segunda-feira (27), entre a Coordenadoria de Negociação do Governo (Coner) e o Sindicato, pedindo que a entidade formalizasse os pontos reivindicados.

A lista apresenta quatro itens principais:

1 – que seja instituída uma mesa de negociações que não ultrapasse 30 dias, com a não retirada de direitos, e, ao final do prazo, seja apresentado um documento oficial conclusivo, com o resultado da negociação. Durante este período não deverá ser enviado nenhum projeto de lei para a Assembleia Legislativa.

2 – a anistia de todas as faltas de 2012 a 2015.

3 – que seja revogado o decreto 3593/2010.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

4 – que seja efetuado o pagamento do reajuste de 13,01%, na carreira, retroativo a 01/2015.

Histórico

A paralisação do magistério público estadual já dura 34 dias em Santa Catarina e esta não é a primeira vez que a Assembleia Legislativa é ocupada por professores em greve. No início do mês de abril um grupo de aproximadamente 70 servidores acampou no hall da Alesc, numa vigília que pedia a retirada da MP 198 em tramitação na Casa. O pedido foi atendido pelo governo do estado, que revogou a Medida Provisória.